

O GOLPE IMPROVÁVEL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 28.09.1980

As apreensões sobre a eventualidade de um golpe de direita deflagrado contra o governo ou então de um abrupto fechamento político a partir do próprio governo recrudesceram nas últimas semanas. O fato está diretamente ligado aos atentados terroristas de direita recentes. O terrorismo seria, de um lado, um prenúncio de golpe de extrema direita contra o governo. De outro lado seria um bom pretexto para que os setores mais à direita dentro do próprio governo o qual já é claramente conservador se fortalecessem e impusessem um novo fechamento político”que desse os instrumentos políticos necessários ao governo para liquidar com a subversão”, a qual, embora obviamente de direita, poderia também muito convenientemente ser atribuída à extrema esquerda.

Raciocínios dessa natureza possuem uma certa lógica, mas tudo indica que são inteiramente falsos, especialmente na medida em que pretendam estabelecer bases para previsões. Aliás, argumentos semelhantes vêm sendo desenvolvidos há mais de um ano a partir não do terrorismo, mas de um outro fato: a crise econômica. Pretende-se que a aceleração das taxas de inflação, o desequilíbrio orçamentário do estado e o desequilíbrio de nossas contas externas, somados às reivindicações salariais dos trabalhadores, nos conduziriam a uma situação política semelhante à do início de 1964.

Ora, embora não haja dúvida quanto à necessidade de uma permanente vigilância por parte daqueles que desejam a redemocratização do país, uma análise mais cuidadosa dos fatos parece indicar que continuaremos a caminhar no sentido da abertura política. O máximo que estes atos terroristas poderão conseguir em um futuro próximo é atrasar um pouco o processo, caso o governo se amedronte e superestime as forças dos adversários de extrema direita existente dentro de suas próprias hostes. Mas poderá ter a conseqüência inversa de apressar o processo de redemocratização se o governo se aperceber definitivamente que esse movimento interno é afinal dirigido contra ele próprio.

Não existem hoje no Brasil condições objetivas para o restabelecimento do autoritarismo. E a razão para isso é muito simples: a ditadura não interessa hoje às classes dominantes brasileiras. Em uma formação em que o capital industrial é dominante (e não mais o capital mercantil especulativo), só é possível eliminar a democracia quando a burguesia se sente profundamente ameaçada pela subversão popular e/ou pela desordem econômica. Quando o capital industrial é dominante e a forma de apropriação de excedente é a mais valia realizada no mercado através da transformação do trabalho em mercadoria, a burguesia não necessita da ação direta e autoritária do estado para realizar essa apropriação. Por isso e porque é uma classe dominante muito numerosa (ao contrário dos senhores feudais europeus ou mesmo da oligarquia agrário-mercantil que dominou o Brasil até 1930), a burguesia industrial tende a dividir-se, a ser uma classe heterogênea, que resolve seus conflitos internos de poder através dos mecanismos democráticos clássicos. Ao fazer isso a classe dominante abre espaço para os trabalhadores, que também passam a reivindicar a manutenção e ampliação das liberdades políticas.

No capitalismo de estado ou tecnoburocrático vigente no Brasil, em que temos duas classes dominantes a burguesia e secundariamente a tecnoburocracia civil (pública e privada) e militar a situação é basicamente a mesma. O estabelecimento de um regime autoritário só é possível se as classes dominantes se unificam solidamente, colocando em segundo plano seus interesses intra-classe em conflito. E isto só acontecerá se a burguesia e a tecnoburocracia sentirem que o processo de acumulação de capital e de expansão da organização burocrática estão fortemente ameaçadas seja pela subversão política ou pela desordem econômica.

Muitas vezes imagina-se que os militares em um país como o Brasil são todo poderosos e darão um golpe quando quiserem. Nada mais errôneo. Os militares são uma parte da classe tecnoburocrática. Como o restante da tecnoburocracia, eles são ainda uma força auxiliar da burguesia. E se dividem na medida em que a burguesia se divide. Ainda que a tecnoburocracia possua uma ideologia própria, a ideologia hegemônica na formação social brasileira é ainda e muito claramente a burguesa, de forma que não resta a tecnoburocracia alternativa senão refletir essa ideologia e suas divisões, além de espelhar as suas próprias contradições internas.

Ora, não há qualquer dúvida que a burguesia não se sente e absoluto amedrontada por uma eventual subversão popular. Pela simples e objetiva razão de que não existe nenhuma tendência nesse sentido. À esquerda, os populistas, e mesmo amplos setores da extrema esquerda estão ainda escaldados com os 15 anos de autoritarismo e não têm objetivo político maior do que a redemocratização.

Quanto à ameaça de desordem econômica, ainda que ela seja maior do que a de subversão política é evidente que ela é ainda muito pequena. Sem dúvida o país enfrenta uma grande crise financeira, espelhada na inflação e no desequilíbrio do balanço de pagamentos. Mas, entre muitas incertezas, há dois fatos certos a respeito do assunto: primeiro, que esta crise está muito longe de ter-se transformado em desordem, em descontrole, em imobilização completa e simultânea dos mecanismos de controle do mercado e da política econômica; segundo, que para a solução dessa crise econômica, que se encontre estruturalmente embutida na economia brasileira e mundial, o recurso ao autoritarismo será absolutamente ineficaz. O autoritarismo só seria um re-curso útil para as classes dominantes se a crise fosse proveniente de reivindicações populares insustentáveis. Como certamente esse não é o caso, não há contra quem exercer a ditadura para resolver a crise econômica e restabelecer um processo de acumulação de capital, o qual, aliás, não foi interrompido, mas apenas desacelerado.

A burguesia e a tecnoburocracia sabem muito bem que não estão ameaçadas. Sabem também que uma “solução” autoritária não é solução alguma hoje no Brasil. Por isso continuam apoiando a abertura, dentro da qual as possibilidades de encaminhamento da solução dos problemas econômicos e políticos brasileiros é muito mais viável. Os trabalhadores por sua vez, e a esquerda em geral estão firmemente mobilizados em favor da redemocratização. É óbvio que dentro deste quadro as possibilidades de um golpe de direita são muito pequenas. Ele traria muito mais problemas do que soluções para as classes dominantes brasileiras. A rigor um golpe seria contra os interesses da dominação política burguesa neste país, ainda que fosse organizado pela extrema direita e, portanto explicitamente dirigido contra os trabalhadores. Seria o golpe de alas estritamente minoritárias e radicais da burguesia e da tecnoburocracia contra a sociedade civil brasileira, na qual a burguesia e a tecnoburocracia são as classes dominantes. Seria um golpe sem condições de êxito mesmo que tivesse o apoio de setores militares dentro do governo. E afinal só poderia ser um golpe contra o próprio governo, porque este reconhece hoje que a condição fundamental para que ele possa

manter um mínimo de legitimidade perante a sociedade civil é continuar engajado no processo de redemocratização.(28/09)